O NORTE DO GOIÁS ANTES DO TOCANTINS: AS DECISÕES DO ESTADO QUE INFLUENCIARAM NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DESTA NOVA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Waldecy Rodrigues[1]
Thiago José Arruda de Oliveira[2]

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar as ações do Estado no norte do Goiás e como estas influenciaram no processo de transformação desta região em um novo estado. A metodologia utilizada consiste na revisão bibliográfica dos acontecimentos históricos ocorridos até a Constituição de 1988. Além disso, emprega-se dados secundários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para complementar a análise proposta. Os resultados da pesquisa mostram que as ações promovidas por Getúlio Vargas (Marcha para o Oeste) e Juscelino Kubitschek (Plano de Metas) foram fundamentais para desencadear o processo de desmembramento do norte goiano. Estas intervenções aproximaram a o poder do Estado com o interior, possibilitando que Tocantins fosse formalizado em bases legais assegurados pela Constituição de 1988.

PALAVRAS CHAVES: Estado. Políticas. Tocantins.

NORTH OF GOIÁS STATE PREVIOUS TO TOCANTINS STATE: DECISIONS OF THE GOVERNMENT THAT INFLUENCED THE PROCESS OF CREATION OF A NEW FEDERAL STATE.

ABSTRACT: This paper analyses public politics of the government in the north of Goiás state and how they influenced the process of transformation of this region into a new state. The methodology used is bibliographic research of historic events occurred until the Constitution of 1988. Furthermore, secondary data of the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) has been employed to complete information. The results of this research indicate that the public politics carried out by Getúlio Vargas (March to the West) and Juscelino Kubitschek (Target Plan) were decisive in order to unleash the process of detachment of the north of Goiás state. Those interventions enabled an approach of government power and interior region, allowing that Tocantins as a state was legalized by the Constitution of 1988.

KEYWORDS: Government. Politics. Tocantins.

[1] Doutor em Ciências Sociais na Universidade de Brasília e professor adjunto pela Universidade Federal do Tocantins.

[2] Doutorando e pesquisador bolsista pela CAPES em Desenvolvimento Regional e Agronegócios na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

INTRODUÇÃO

O comportamento do Estado é ditado por articulações políticas que envolvem certos interesses entre os seus participantes. Nos sistemas totalitários, característico por tomada de decisões unilaterais, esta premissa também é respeitada. Assim sendo, independente da estrutura política, o Estado é um complexo heterogêneo de forças conflitantes que raramente estão em sintonia (MORETTI, 2012).

Desde o período colonial, o território brasileiro experimentou conflitos políticos[3]. A Coroa, e após a independência o Império, procuraram sufocar tais rebeliões sempre que possível, em prol da conservação da unidade territorial. Neste cenário, as lideranças regionais tinham restrita participação. Esta situação perdurou após a proclamação da República no ano de 1889. Entretanto, a Constituição de 1988 realizou profundas transformações na estrutura política do Brasil ao assegurar a descentralização das tomadas de decisões. Neste período, lideranças regionais conseguiram elevar o norte goiano para a condição de estado da federação. Estas frentes de atuação foram oportunistas, conseguindo participar do processo decisório quando o Estado passava por grandes mudanças (OLIVEIRA; *et al,* 2013).

Porém, antes do norte goiano tornar Tocantins, esta região sofreu intervenções ao longo do tempo. Entre estes estão a criação da comarca do Norte no final do século XVIII, a Marcha para o Oeste no governo de Getúlio Vargas nos anos 1930, o Plano de Metas executado por Juscelino Kubitschek na década de 1950 e os planos desenvolvimentistas elaborados no período ditatorial. Partindo da hipótese que por detrás dos fatos existem racionalidades que motivaram o surgimento do estado do Tocantins, estes acontecimentos podem ter desencadeado o processo de criação do norte goiano.

Diante de tais apontamentos, a proposta deste artigo é analisar as ações do Estado no norte goiano e como estas influenciaram no processo de transformação desta região em um novo estado. Para tanto, realiza-se a revisão bibliográfica dos acontecimentos históricos ocorridos até a Constituição de 1988. Além disso, utilizam-se dados secundários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para complementar a análise proposta. A justificativa para a realização desta pesquisa é a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre as causas que motivaram a criação do estado do Tocantins, lançando novas visões no que tange a este acontecimento.

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Analisar algum fato da história-vivida significa abrir novos horizontes que possibilitam a diversificação das visões referentes a este processo. Não existe uma resposta única, ou respostas mais corretas para explicar algum fenômeno na história. Uma das ferramentas utilizadas pelos historiadores para esta análise é detectar se existe algum processo racional por trás dos acontecimentos (BARROS, 2013).

[3] As revoltas do período colonial como a dos Emboabas, Mascates e a Insurreição Mineira são exemplos de conflitos de ordem política.

Oliveira; *et al* (2013) analisou a racionalidade das lideranças políticas durante o processo de formação dos estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins para compreender o que ocorreu no estado do Pará em 2011[4]. Os resultados desta análise comparativa demonstram que os líderes regionais das regiões de Santarém/PA e Marabá/PA não obtiveram o mesmo sucesso conquistado pelos políticos do sul de Mato Grosso e norte de Goiás por causa do sistema federalista, que antes não existia quando estas duas unidades foram formalizadas.

Moretti (2012) também utilizou a racionalidade para analisar a burocracia do Estado brasileiro em detrimento as vozes técnicas que procuram criar um país moderno. Para tanto, analisou as mudanças no planejamento estatal no interior do país entre os anos de 1930 e 2003. Esta investigação aponta que a burocracia estatal aumentou nos anos 1980 devido à complexidade das intervenções na máquina pública, emperrando a execução de práticas institucionais mais modernas. As bases atuais do federalismo surgiram nesta década, indicando a possibilidade que a Constituição de 1988 não desburocratizou as tomadas de decisões provenientes do Estado. Entretanto, Ribeiro (2009) afirma que o governo valorizou na década de 1990 a democracia e a reorganização estatal, procurando descentralizar as tomadas de decisões.

Trazendo esta discussão para a formação de novos estados, Oliveira; *et al* (2013) observou que apesar da Constituição de 1988 assegurar a participação regional no processo decisório, nenhum estado foi criado posteriormente. Portanto, o Estado descentralizou-se, porém as lideranças regionais não aprenderam a atuar neste novo cenário político. Antes disso, os governantes não atuavam desta forma, conforme expõe a próxima figura (figura 1).

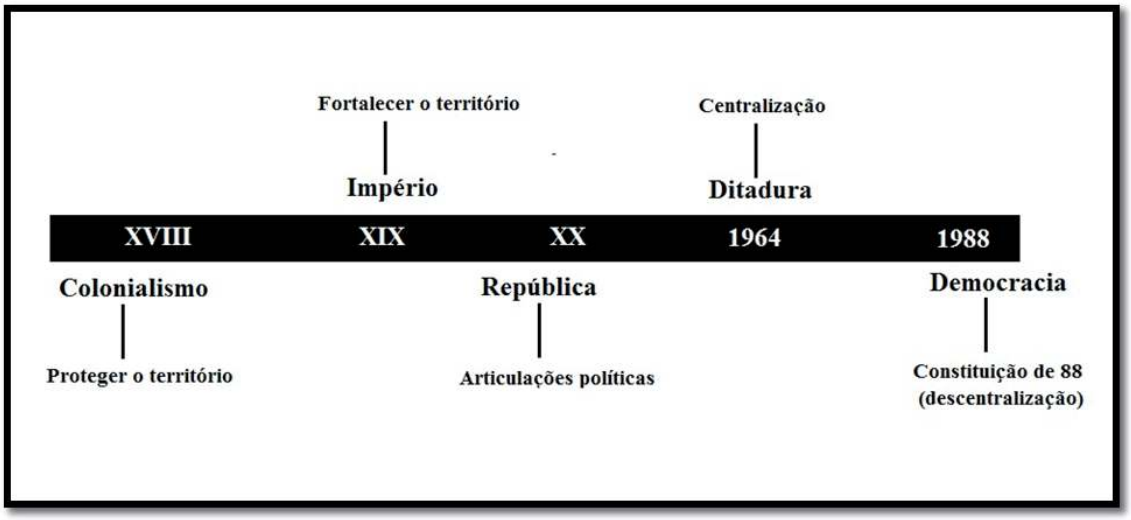
Observa-se que até meados do século XIX a função do poder central era garantir a estrutura colonial, posteriormente a imperial. As lideranças regionais possuíam poder de atuação limitada, restringindo-se apenas em sua região[5]. Este cenário não sofreu grandes alterações após a proclamação da república. Qualquer proposta de mudança na configuração política no Brasil seria executado para atender os interesses do poder sediado no Rio de Janeiro, e a partir da década de 1960 em Brasília[6].

[4] Projeto este que pretendia criar os estados de Carajás, no atual sudeste paraense, e o estado de Tapajós, no oeste do Pará. A Constituição de 1988 exige que tal mudança seja submetida a plebiscito que apenas o eleitorado paraense pode opinar. No dia 11 de dezembro de 2011, os resultados apontam para a rejeição do divisionismo do Pará.

[5] Nos chamados territórios coronelistas.

[6] Oliveira; et al (2013) realizou o levantamento das unidades políticas criadas durante a história do Brasil, e concluiu que antes da Constituinte todos foram concebidos para atender os interesses do poder central.

Figura 1. As formas a atuação do Estado (séc. XVIII – 1988).



Fonte: Oliveira; *et al* (2013). Elaboração própria.

Porém, o Estado não mais governa de forma isolada. O poder central articula-se com os poderes regionais e locais por meio de complexas alianças e instituições públicas. A intenção desta estrutura política é fortalecer os governos subnacionais para democratizar o plano local. Portanto, atualmente a função do Estado é manter o equilíbrio da nação federalista em torno da administração equitativa, visando à harmonia do conjunto (AFFONSO, 1994; COSTA, 2011).

O estado de Goiás passou por todas estas mudanças políticas. A sua região norte tentou obter a autonomia nos diferentes cenários citados anteriormente. Contudo, concretiza-se apenas no ano de 1986 durante a elaboração da Constituição. De acordo com Oliveira; *et al* (2013), apesar da rejeição inicial, o ambiente político foi propício para a criação do Tocantins. Porém, os outros cenários políticos também podem contribuir para a formação deste novo estado.

METODOLOGIA

Por se tratar de uma revisão bibliográfica, a principal fonte de informação deste artigo são os livros e trabalhos científicos voltados para o processo de formação do estado do Tocantins. Além disso, utiliza-se dados populacionais extraído no portal do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente aos Censos Demográficos. Por fim, são elaborados mapas coropléticos que expõem a distribuição populacional no Tocantins desde quando era parte do Goiás. Para tanto, utiliza-se o programa *TerraView*, que permite a união de bancos de dados com os *shapes*[7] criando ilustrações geográficas.

[7] Mapas digitais. Estão disponíveis no portal eletrônico do IBGE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

BREVE RELATO DAS AÇÕES DO ESTADO NO NORTE DO BRASIL

Inicia-se a análise no século XVII. Neste período, a faixa norte da colônia não despertou imediato interesse dos portugueses. Porém, a vinda dos franceses para o atual estado do Maranhão ativa a proteção militar e o desejo de ocupar esta região[8]. Com o fim das invasões, esta imensidão de terras tropicais continuou sendo uma área de aventureiros à procura de riquezas minerais, ou de pequenos comerciantes que negociavam produtos típicos da floresta (OLIVEIRA 1983).

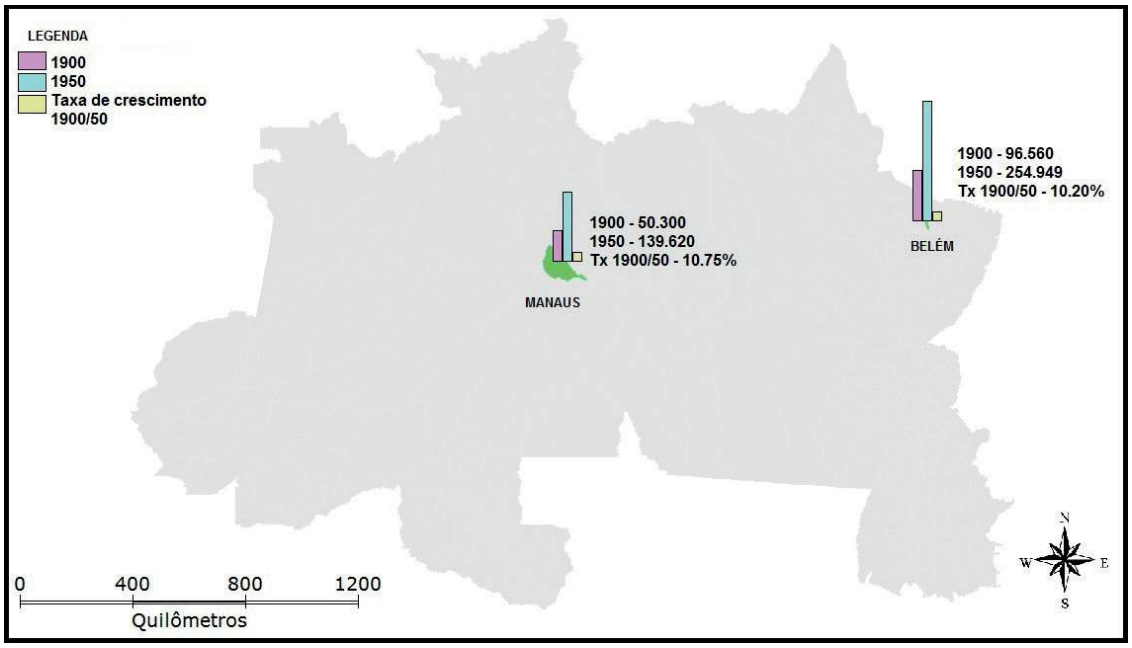
No século seguinte não é formado nenhuma base produtiva na região que poderia atrair contingentes populacionais. A produção seguia no puro extrativismo e nas incursões aventureiras de bandeirantes à procura de ouro e índios. Apesar da fraca ocupação, os habitantes começaram a ter clara consciência regional. Sob o desejo de tornar-se independente, surgiram revoltas nacionalistas que ocasionaram em muitas mortes, afetando o processo de ocupação territorial. Porém, a partir de 1860 aumentou a demanda internacional por borracha, iniciando um novo ciclo de migração para estas terras (SANTOS, 1980).

Apesar desta euforia produtiva, as técnicas de extração continuavam rudimentares. A distância das zonas produtivas com os núcleos urbanos eram imensas. Para piorar a situação, a partir de 1910 a borracha amazônica começa a concorrer com a produção asiática, que possuía um sistema moderno de plantação de seringueiras em larga escala, cuja densidade de árvore por hectare era de 200 pés. A Amazônia contava em média com 1,5 pés/hectares. Com o baixo preço no mercado externo, as casas de aviamento espalhadas em Manaus e Belém faliram, diminuindo a produção gumífera entre o período de 1910/15 (MAHAR, 1978).

Apesar desta derrocada, a borracha trouxe grandes transformações para o norte do Brasil. Ampliou-se o território nacional com a anexação do Acre, e centros urbanos como Manaus e Belém cresceram de tamanho. Por causa do declínio da atividade nos seringais, estas localidades começaram a receber os seringueiros e suas famílias. Estes grandes influxos de migrantes contribuíram com ao inchaço destas duas cidades amazônicas. Durante o período de 1940/45, no qual ocorreu um pequeno surto da produção gumífera, estas localidades continuavam a crescer, conforme-se observa na próxima ilustração.

[8] Em 1940, o IBGE acrescentou o Maranhão na região Norte, tendo perdurado esta classificação até 1945, quando passa a ser parte do Nordeste Ocidental. Em 1962, o estado do Maranhão torna-se Nordeste, contorno este utilizado até os dias atuais.

Ilustração 1. População residente e sua taxa de crescimento em Manaus/AM e Belém/PA entre 1900/50.



Fonte: IBGE. Elaboração própria

Nota-se que as taxas de crescimento populacional das duas cidades possuem valores similares. Belém, por possuir um grande número de habitantes, o impacto do fluxo migratório é maior, alcançando no ano de 1950 quase duzentos e cinquenta e cinco mil habitantes. Este cenário de concentração é o resultado da falta de opções que os trabalhadores da floresta deparavam após o ciclo da borracha.

Nas décadas seguintes, as sucessivas intervenções federais para reerguer o norte resultaram em novos fracassos[9]. Portanto, o cenário regional em 1964, ano do golpe militar, é constituído por dois grandes núcleos urbanos, Belém e Manaus, que comandavam vastas áreas com vazios demográficos em seus interiores. Para diminuir esta polarização, os militares começaram a elaborar planos voltados para contrabalancear a influência destes centros. Então, o Estado fomenta obras de infraestrutura, como a o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília e da PA – 150. O objetivo era investir a maior parte dos recursos neste setor, além de promover a ocupação nas "faixas de desenvolvimento" através da colonização dirigida (MAHAR, 1978).

Nos anos 1970 o governo federal revisou as suas ações na região norte criando o I e II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Os militares adotaram o projeto de assentamentos ao longo das rodovias para promover a agroindústria na região. O resultado desta medida é a multiplicação de colônias rurais. A valorização das "novas terras" após a regulamentação e as manobras para a obtenção dos títulos de propriedade por

[9] Entre estes fracassos, estão a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, criado em 1946, e o I Plano Qüinqüenal, de 1953 até 1966. Ambos não conseguiram cumprir os seus objetivos – alavancar a produção local e promover a ocupação da região.

parte de pessoas próximas ao poder abafaram o processo democrático de obtenção destas. Surgiram neste período conflitos sociais que tornaram mais agudos e violentos com o passar das décadas (MELLO, 2006).

Na década de 1980 houve um vácuo em relação a formulação de políticas regionais. As reduções dos investimentos externos, o peso da dívida externa e a crise inflacionária forçaram o governo a optar por novas estratégias e objetivos. As únicas intervenções neste período é o programa Calha Norte, nos estados do Amapá e Roraima.

Com a recuperação econômica nos anos 1990 as políticas regionais através dos fundos constitucionais concederam créditos aos empreendedores locais, pequenas unidades agrícolas e indústrias manufatureiras de pequeno porte com a intenção de novamente desenvolver a região norte.

No início do século XXI, Becker (2005) afirma que não apenas o norte brasileiro como a todos os estados amazônicos[10] possuem fraco comando urbano, sendo dependente dos recursos externos. Além disso, as maiores cidades fora do eixo Belém-Manaus ainda não contribuíram para o fortalecimento de centros produtivos capazes de contrabalancear a soberania destes dois polos. Portanto, o problema atual desta região não é mais a ocupação, e sim o fortalecimento dos demais núcleos urbanos.

AS AÇÕES DO ESTADO NO NORTE GOIANO

NOS PRIMEIROS SÉCULOS

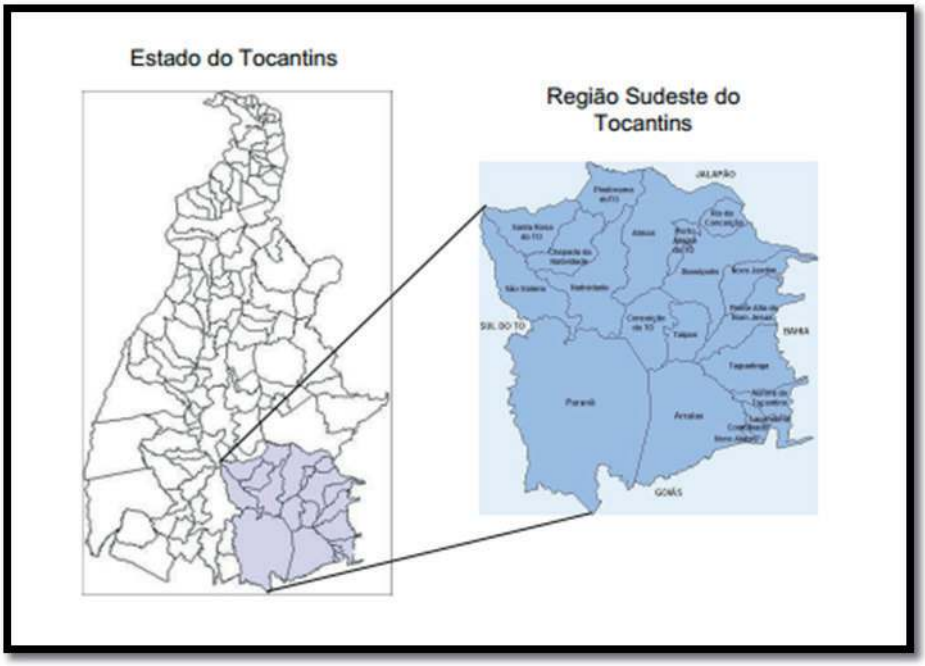
Antes da chegada da população de origem europeia[11] e africana, o futuro estado do Tocantins era povoado exclusivamente por grupos indígenas[12] tal como os Apinajés, Karajás, Krahô e Xerente. O início da ocupação pelos não indígenas datam do começo do século XVIII. A descoberta das minas de ouro na atual região do sudeste tocantinense impulsionaram a sua ocupação. Atualmente esta região equivale a microrregião de Dianópolis – segundo a classificação do IBGE, sendo composto por vinte municípios, conforme a Figura 2 ilustra.

[10] Os sete estados da região norte acrescido pelo estado do Maranhão e Mato Grosso, delimitação esta intitulada de Amazônia Legal.

[11] Não é possível saber com exatidão quando que as bandeiras paulistas encontraram ouro no interior do Brasil, mas acreditam que inicia-se o processo de exploração na década de 1720 (JAMESON JR, 2002).

[12] Segundo Giraldin (2002), existiam duzentos grupos étnicos espalhados pela região. Cita-se apenas aqueles que continuam povoando no estado do Tocantins.

Figura 2. A região Sudeste do Tocantins – microrregião de Dianópolis.



Extraído em Teixeira (2009).

O ouro foi um dos principais motivos que levaram os desbravadores a adentrar no interior da colônia portuguesa. Sem respeitar o tratado de Tordesilhas, e nem a população nativa, aventureiros traçaram rotas que saíam da capitania de São Paulo até o interior. Para melhor administrar as novas regiões mineradoras, criaram-se as comarcas. Entre estas têm-se a comarca do Norte[13], subordinado à capitania de Goiás. O ouvidor Joaquim Teotônio Segurado tentou elevar o Norte para a condição de capitania, porém o movimento político não prosseguiu, pulverizando o sonho de Segurado (SILVA, 1996).

A partir de 1754, a produção aurífera iniciou um declínio constante e irreversível em toda a capitania de Goyas. No final do século XVIII expande-se a pecuária em todas as regiões do vale do Tocantins e Araguaia. Devido à facilidade de locomoção e a pouca necessidade de mão-de-obra para cuidar do gado, predominou-se esta atividade em substituição a mineração. Pecuaristas oriundos do Maranhão e Piauí, que obrigados a procurarem novas terras devido às péssimas condições de vida de sua região, atravessaram o rio Tocantins em busca de campos de pastagem.

Todavia, os altos impostos, a grande distância para os mercados consumidores e a falta de incentivo por parte dos governantes desaceleram este meio de produção no norte goiano, mergulhando toda a região para um longo período de estagnação econômica. Outro acontecimento importante é o rápido esvaziamento das zonas urbanas e a elevação do índice de ruralização, aumentando a presença da agricultura de subsistência.

[13] A delimitação desta comarca seria utilizado como base geográfica para o estado do Tocantins.

Para resolver este problema, os governantes procuravam incentivar a exploração da navegabilidade no rio Tocantins até o porto de Belém. Contudo, a existência de obstáculos naturais como corredeiras e cachoeiras tornavam o trajeto longo e tortuoso. Além disso, os frequentes ataques de índios as embarcações, a falta de infraestrutura durante a navegação, a fraca presença de capital financeiro e as péssimas condições das estradas que acessavam o rio contribuíram para o retrocesso do comércio fluvial (PARENTE, 2002).

Em suma, no final do século XIX e começo dos anos 1900, os habitantes do norte goiano encontravam-se dispersos, inexistindo núcleos urbanos significativos salvo Porto Nacional, Tocantinópolis e Pedro Afonso, ambos localizados nas margens do rio Tocantins. Entre 1830 e 1930 os fazendeiros criadores de gados, conhecidos como coronéis, comandavam a região e frequentemente ocupavam cargos públicos, fazendo pouco para os habitantes pobres, lembrando deles apenas na época da eleição como fornecedores de votos (TEIXEIRA, 2009).

NO SÉCULO XX

O regime do coronelismo, ou apadrinhamento, começou a sofrer rupturas em meados do século XX com o avanço das relações capitalistas para o interior do país, transformando espaços "vazios" em áreas produtivas e integradas com o mercado do Centro-Sul (LIRA, 2012).

Esta iniciativa foi financiado pelo Estado durante o governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), que sob o lema "Marcha para o Oeste" começou a construir as primeiras estradas no interior do Brasil. O propósito destas ações era integrar as localidades isoladas com o restante do país, colonizando as novas terras próximas a rodovia BR – 153, ou Belém-Brasília.

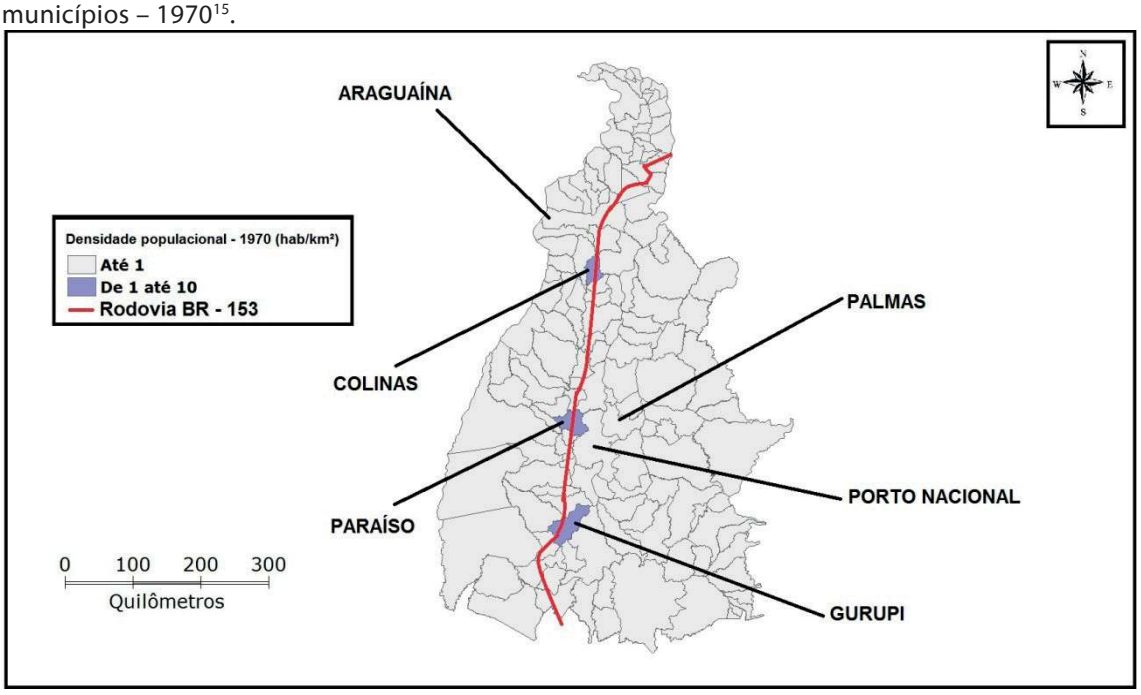
Estas medidas é continuada no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que através do Plano de Metas, iniciou no atual município de Barrolândia/TO a construção dos trechos finais da BR - 153. De acordo com Silva (2002, pág. 92): "o estradão Belém-Brasília veio mudar completamente a realidade socioeconômica da região Araguaia-Tocantins".

A construção desta rodovia foi desafiadora. Primeiro, passaria por quinhentos quilômetros em plena selva amazônica, onde o sol não penetrava por causa da densa mata. Segundo, não saberia o que poderia encontrar pela frente, pois a flora e a fauna ainda eram desconhecidos pelo homem. Terceiro, a grande presença de tribos indígenas hostis[14], que saqueavam os acampamentos e atacavam os funcionários da obra. A próxima ilustração exibe o trajeto da BR – 153 no Estado do Tocantins.

Ilustração 2. Trajeto da BR – 153 no estado do Tocantins e a densidade demográfica dos

[14] Souza (2002).

municípios – 1970[15].



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Observa-se que a rodovia corta o futuro estado do Tocantins em duas partes – direita e esquerda, trajeto este similar ao do rio Tocantins. Percebe-se que a centenária cidade de Porto Nacional não tinha acesso ao estradão, e nem os antigos arraiais mineradores do sudeste – microrregião de Dianópolis.

A rodovia BR - 153 abriu uma nova frente de ocupação no centro do país. A partir deste momento, as terras tornaram alvo de apropriação por meio ilícitos. Um destes era a falsificação de títulos registrados nos cartórios municipais, forçando o campesino a ceder as áreas cultiváveis para os grandes empreendimentos (MELLO, 2006)

Nos anos 1970 o norte goiano estava inserido nos grandes projetos elaborados pelos militares[16]. Estas ações atraíram grandes contingentes populacionais principalmente na microrregião do Baixo Araguaia Goiano[17], que teve um incremento de 132%, de sua população, passando de 36.275 habitantes em 1970 para 84.087 em 1980[18]. Este aumento trouxe problemas ambientais, agrários e indígenas.

As cidades e vilas ribeirinhas do futuro estado do Tocantins também foram prejudicadas com a rodovia Belém Brasília, cedendo pessoas para as grandes cidades do Planalto Central – Anápolis, Goiânia e Brasília, e também para os centros urbanos criados durante e após o término da obra como Araguaína, Colinas, Guaraí, Mira-

[15] A ilustração aponta o município de Palmas. Contudo, a capital do Tocantins inexistia em 1970.

[16] Destaca-se o I e II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

[17] Atualmente engloba alguns municípios da microrregião de Rio Formoso/TO e Miracema/TO.

[18] Oliveira (1983).

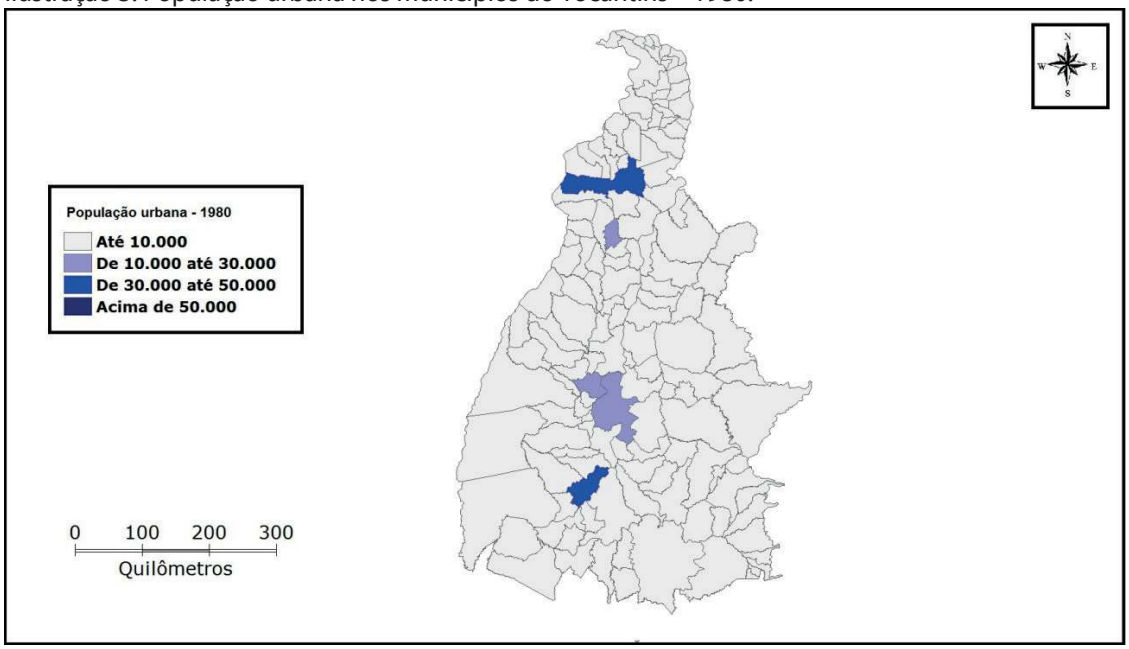
norte, Paraíso, Gurupi, Alvorada, Figueirópolis, Fátima, Presidente Kennedy, Nova Olinda e Wanderlândia (SOUZA, 2002).

Portanto, os impactos originados pelo estradão foi de ordem demográfica[19] e mental, mudando os costumes e tradições sertanejos para o "corre-corre" da vida urbana, além da valorização da terra e o aumento significativo de agricultores dos outros estados, principalmente nos municípios de Alvorada, Formoso do Araguaia e Gurupi[20].

NAS DÉCADAS RECENTES

Após a década de 1970, dois núcleos urbanos, Colinas ao norte e Paraíso no centro, cresceram rapidamente. Ambos localizam-se no trecho da rodovia Belém-Brasília. Araguaína e Gurupi também aumentaram o seu contingente populacional, enquanto que Porto Nacional estabilizou-se neste parâmetro. O próximo mapa ilustra estas informações.

Ilustração 3. População urbana nos municípios do Tocantins – 1980.



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Nota-se que os habitantes do norte goiano concentram-se em cinco núcleos: Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso e Colinas. A população tornou-se majoritariamente urbana, coexistindo com grandes áreas estritamente rural. Este descompasso é reflexo das diferenças socioeconômicas das cidades localizadas nas margens da rodovia BR – 153 com aqueles situadas na margem direita do rio Tocantins. Tanto que ao longo da década de 1980 os moradores residentes nas áreas de ocupação antiga pouco

[19] Lira (2011).

[20] Presença significativa de gaúchos, paulistas, mineiros e goianos do Sul nesta região, trabalhando principalmente na pecuária de corte (LIRA, 2011).

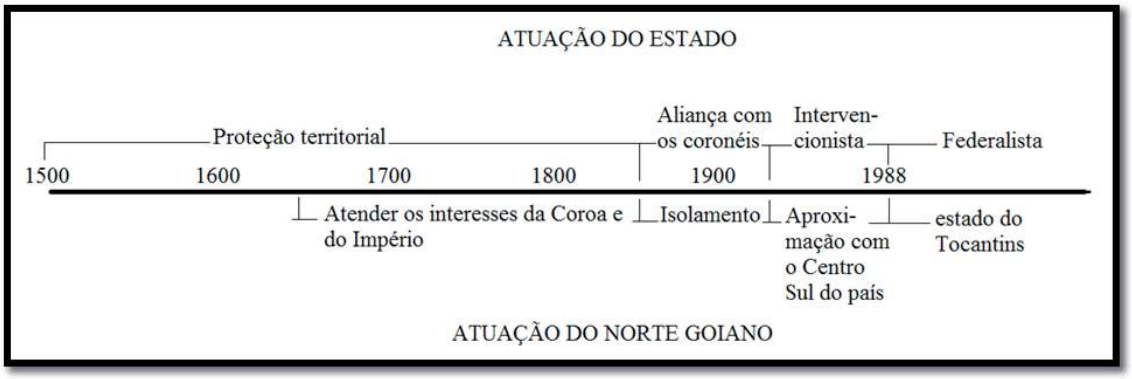
participaram do processo de emancipação do norte goiano, cabendo aos migrantes das frentes agrícolas a tomarem partido deste movimento (AQUINO, 2002).

Um dos poucos episódios de participação popular ocorreu após a criação do estado do Tocantins. A pauta da discussão era a escolha do município que abrigaria a sede do novo governo. Iniciou-se a disputa entre os líderes locais, acirrando os ânimos entre os municípios, tendo os portuenses[21] atuando firmemente nesta questão. No final, o recém estado optou pela construção de uma nova cidade - Palmas, iniciando uma nova transformação no agora Tocantins.

BALANÇO GERAL

A próxima figura sintetiza o modo que o Estado e as lideranças políticas do norte do Goiás atuaram ao longo do tempo. Observe:

Figura 3. A atuação do Estado e das lideranças políticas do norte de Goiás.



Elaboração própria.

Observa-se que o ponto de transformação do norte goiano ocorreu nas primeiras décadas do século XX, quando o Estado assumiu a função de interventor no interior do país. Sob a égide dos programas Marcha para o Oeste (Getúlio Vargas) e Plano de Metas (Juscelino Kubistchek), estas ações foram fundamentais para a formação de densos núcleos urbanos como Araguaína, Paraíso e Gurupi. Estas aglomerações tornariam necessários para que as lideranças políticas articulassem e reivindicassem a criação do Tocantins.

Nos séculos anteriores, a região despertava pouco interesse do poder central, exceto durante o ciclo do ouro. Com fraca ocupação e infraestrutura deficitária, inexistia algum movimento forte que poderia pressionar os líderes nacionais. O resultado desta combinação é o escasso contato entre o Estado e as lideranças políticas do norte goiano.

[21] Porto Nacional tentava através do apoio popular sediar a capital provisória do Tocantins, e para isso formou uma caravana de cento e cinquenta pessoas que instalaram em barracos no campo do Congresso Nacional. O objetivo era pressionar Siqueira Campos, o líder político do novo estado, para escolher esta cidade (LIRA, 2011).

CONCLUSÃO

Até meados do século XX, o Estado estabeleceu relações restritas com o norte do Goiás. Esta ação travou a atuação de lideranças políticas locais que reivindicariam a emancipação da região. O principal personagem desta causa, o ouvidor da comarca do Norte Joaquim Teotônio Segurado, não estabeleceu diálogos concisos com o poder central. Na década de 1950, a construção de rodovias e a aproximação da capital federal com o interior possibilitaram o surgimento de núcleos urbanos. Antes disso, o futuro estado do Tocantins era apenas uma imensidão de terras com baixa ocupação, sem capacidade de intensificar as relações com o Estado.

Durante a revisão bibliográfica, observou-se que após o ciclo do ouro nenhuma atividade seria incentivada para substituir a mineração. A única possibilidade era a borracha, porém o norte goiano não possuía áreas com seringais. A consequência desse cenário é o surgimento de Belém e Manaus em face ao isolamento das demais regiões do norte do Brasil. Apesar que Porto Nacional era o principal centro polarizador do norte de Goiás, unicamente não conseguia exercer influência perante ao poder central. Era preciso articular com novos líderes, e apenas com a construção da BR – 153 e o surgimento de cidades ao longo do seu trajeto possibilitaram o fortalecimento do movimento emancipacionista.

Através destas observações, afirma-se que até o século XX o Estado tinha pouco interesse em integrar o norte goiano com o restante do país. Portanto, era praticamente impossível assumir e executar alguma causa separatista que não estivesse de acordo com os anseios do poder central. Contudo, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek tinham em mente que o interior do Brasil detinha potencial produtivo para ser explorado. Na visão destes governantes, era necessário ocupar e integrar com o restante do país. Portanto, as ações do Estado neste período, apesar de agir de forma indireta, marcou o início de todo o processo de desmembramento do norte goiano. A partir deste momento, os líderes do norte goiano começaram a ter acesso a importantes aparatos como rodovias, diminuindo a distância entre o Estado e as lideranças regionais.

Contudo, não pode-se cometer o equívoco de menosprezar líderes como Joaquim Teotônio Segurado. As suas ações serviram de inspiração para que os políticos de Araguaína, Colinas, Gurupi e Porto Nacional retornassem à causa separatista. Porém, o ouvidor nasceu em uma época que era difícil dialogar com o poder central. Portanto, a execução de uma proposta de desmembramento depende de uma série de fatores que nem sempre encontram-se no mesmo período de tempo.

Atualmente o poder público está sob a égide do federalismo, cujo objetivo é descentralizar as decisões. Entretanto, a crescente participação das lideranças burocratizou o processo de criação de novos estados. Este entrave não é maléfico, pelo contrário, depois de séculos o Estado assegura que todos os cidadãos participem e tenham

acesso as decisões tomadas pelo poder central. Recomenda-se que os próximos estudos analisem esta questão.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Rui. **A crise da federação no Brasil**. Ensaios FEE. Porto Alegre, p. 321-337, 1994.

AQUINO, Napoleão Araújo de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: Ed. UFG, 2002.

BARROS, José D`Assunção. **Teoria da História**: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BECKER, K. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (org.). **Economia e território.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

COSTA, Célio. **Assimetrias regionais no Brasil:** fundamentos para a criação do estado de Carajás. Ribeirão Preto: Editora Oceano, SP, 2011.

GIRALDIN, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: Ed. UFG, 2002.

IBGE. Censo agropecuário 2010. Extraído em:**http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?t=1&z=t&o=11&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u1=21** no dia 30/06/2013.

JAMESON JR, David McCreery. A economia de Goiás no século XIX. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: Ed. UFG, 2002.

LIRA, Elizeu Ribeiro de. **A gênese de Palmas – Tocantins**: a geopolítica de re(ocupação) territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia:** Uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia.** São Paulo: Annablume, 2006.

MORETTI, Bruno. **O planejamento governamental como discurso**: tensões entre política e técnica (1930-2003). Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília/DF: Sol/UnB, 2012.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Enéas; organizador. **Amazônia:** desenvolvimento e integração. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____, Thiago José Arruda; PIZZIO, Alex; SILVA, Mônica Aparecida Rocha;

CARDOSO, Bárbara François. A atuação política na formação dos Estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins e o movimento separatista no Pará**. Desenvolvimento em Questão**. Ijuí/RS: ano 11, n°23, p.222-246, maio/ago, 2013.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos teóricos do Estado do Tocantins.** Goiânia: UFG, 2007.

RIBEIRO, Patrícia Tavares. A descentralização da ação governamental no Brasil dos anos noventa: desafios do ambiente político-institucional. **Ciênc. saúde coletiva.** Rio de Janeiro/RJ: vol.14, n.3, pp. 819-828, 2009.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiros, 1980.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve história do Tocantins e de sua gente.** Brasília: Solo Editoras, 1996.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: Abrindo fronteiras no Norte goiano (atual Tocantins) 1958 – 1975. In: GIRALDIN, Odair. **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: Ed. UFG, 2002.

TEIXEIRA, Maria do Carmo dos Santos. **Crescimento, desenvolvimento econômico e capital social: um estudo de caso da região do Sudeste do Tocantins.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Palmas/TO: UFT, 2009.